



GABINETE DO COMANDANTE DO EXERCITO
PROT.1806483 10/Dez/2018 15:52 1/1

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL – SG
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO – SEPESD
DEPARTAMENTO DE PESSOAL - DEPES
Esplanada dos Ministérios, Bloco “Q” – Térreo
CEP: 70049-900 – Brasília-DF
Telefone: (61) 2023-5172 - Correio eletrônico: direm@defesa.gov.br

Ofício Circular nº 623/DIREM/DEPES/SEPESD/SG-MD

Brasília, 30 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor

Vice-Almirante **FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA**
Chefe do Gabinete do Comandante da Marinha

General de Divisão **TOMÁS MIGUEL MINÉ RIBEIRO PAIVA**
Chefe do Gabinete do Comandante do Exército

Major-Brigadeiro do Ar **MARCELO KANITZ DAMASCENO**
Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronáutica

Assunto: Parecer nº 771/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 30 de outubro de 2018, sobre a contribuição adicional de 1,5% para a pensão militar.

Anexo: Parecer nº 771/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 30 de outubro de 2018 (SEI 1347880)

Senhor Chefe do Gabinete,

1. Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, passo a tratar do anexo Parecer nº 771/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 30 de outubro de 2018, que trata da revisão do entendimento uniformizado nos moldes do Parecer nº 52/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 26 de janeiro de 2018.
2. Informo que nos termos do Parecer citado "*...recomenda-se que a administração militar dos Comandos não mais indefira pedido administrativo de renúncia da contribuição de 1,5% formulados após o prazo legal constante do art. 31, §1º, da MP 2.215-01/2001...vez que, nos termos da citada Nota SEI, é possível ao militar exercer o direito de renúncia à incidência da contribuição adicional de 1,5% instituída pelo art. 31 da Medida Provisória nº 2.215, de 2001, mesmo após 31/8/2001...*"
3. Nesse sentido, solicito a Vossa Excelência dar ciência aos órgãos técnicos e jurídicos da Força a respeito do novo entendimento a respeito da matéria, que assegura aos militares das Forças Armadas o direito de renúncia à contribuição adicional de 1,5%, instituída pelo art. 31 da Medida Provisória nº 2.215, de 2001, mesmo após 31/8/2001.

4. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Ten Brig Ar R1 **RICARDO MACHADO VIEIRA**
Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Machado Vieira, Secretário(a)**, em 06/12/2018, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **1346896** e o código CRC **045ECF6B**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA DEFESA
CGDAM - COORDENAÇÃO-GERAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO E MILITAR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO Q, SALA 733, CEP: 70049-900, BRASÍLIA-DF TELEFONE: 61-3312-4123. EMAIL: CONJUR@DEFESA.GOV.BR

PARECER n. 00771/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU

NUP: 67420.016400/2016-32

INTERESSADOS: COMANDOS MILITARES E OUTROS

ASSUNTOS: PENSÃO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR. DISCUSSÃO SOBRE A REVISÃO DO ENTENDIMENTO SUSTENTADO NO PARECER n. 00052/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, QUE CONCLUÍRA PELA AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL PARA A ADMINISTRAÇÃO MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS DEFERIREM PEDIDO ADMINISTRATIVO DE CANCELAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE 1,5% PREVISTA NO ART. 31 DA MP 2.215-10/2001.

1. A Nota SEI nº 34/2018/CRJ/PGACET/PGFN-MF propôs a dispensa de contestação e de recursos em ações que versem sobre renúncia extemporânea aos benefícios da Lei 3.765/1960, com a consequente exclusão da obrigatoriedade de pagamento da contribuição adicional de 1,5% instituída pelo art. 31 da Medida Provisória nº 2.215, de 2001.

2. Ineficiência na manutenção de conduta administrativa em descompasso com referido entendimento, já que a União tenderia a sofrer repetidos revezes na esfera judicial.

3. Entendemos ser imperativa a revisão do entendimento uniformizado nos moldes do PARECER n. 00052/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, recomendando-se, assim, que a administração militar dos Comandos não mais indefira pedido administrativo de renúncia da contribuição de 1,5% formulados após o prazo legal constante do art. 31, §1º, da MP 2.215-01/2001, prorrogado posteriormente pela Lei 10.556/2002.

Sr. Coordenador-Geral,

1. Retornam a esta CONJUR os autos do processo em epígrafe, que trata de uniformização de tese acerca da possibilidade de cancelamento administrativo da contribuição de 1,5% de que trata o art. 31 da Medida Provisória nº 2.215-01/2001.

2. Sobre o assunto, esta Consultoria Jurídica se manifestou inicialmente por meio do **PARECER n. 00052/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU**, cuja ementa foi redigida da seguinte forma:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR. UNIFORMIZAÇÃO DE TESE A RESPEITO DA RENÚNCIA À CONTRIBUIÇÃO DE 1,5% APÓS O PRAZO LEGAL DEFINIDO NO ART. 31 DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.215-10/2001, POSTERIORMENTE PRORROGADO PELA LEI 10.556/2002.

1. A partir de 31/08/2002, a contribuição de 1,5% tornou-se obrigatória para todos aqueles que deixaram de exercer o direito à renúncia. Em razão disso, ressalta-se sua natureza tributária, nos termos dos arts. 3º e 4º do CTN, sendo irrelevante a destinação que seja dada ao produto da arrecadação (inciso II do art. 4º do CTN).

2. É irrelevante a existência ou não de dependentes do militar que pretende cessar sua contribuição de 1,5%, na medida em que a União conta com o valor desta para o pagamento das atuais pensões militares. Isso é o que se chama de regime de caráter solidário, isto é, o militar

contribui para financiar os benefícios pensionais atuais e, também, para que seus dependentes façam jus à pensão quando de sua morte.

3. A Administração não deve nem pode deixar de aplicar estritamente a lei a pretexto de corrigir situações desarrazoadas/desproporcionais, tarefa que, muitas vezes, comporta análises subjetivas.

4. Conclui-se que não há amparo legal para a Administração Militar das Forças Armadas deferirem pedido administrativo de cancelamento da contribuição de 1,5%, tendo em vista que se trata de exação obrigatória para aqueles que não a renunciaram no prazo legal, independentemente de possuírem ou não dependentes e, ainda, de contribuírem ou não para a pensão sobre um ou dois postos acima.

3. Após a emissão do aludido posicionamento, as Forças foram cientificadas a respeito de seu teor (Despacho nº 69/DIREM/DEPES/SEPESD/SG-MD, Seq. 13).

4. Contudo, posteriormente, sobreveio aos autos a Nota SEI nº 34/2018/CRJ/PGACET/PGFN-MF (Seq. 1 do NUP 10951.102384/2018-46, processo vinculado), onde foi apresentada proposição para dispensa de contestação e de recursos em ações que versem sobre renúncia extemporânea aos benefícios da Lei 3.765/1960, com a consequente exclusão da obrigatoriedade de pagamento da contribuição adicional de 1,5% instituída pelo art. 31 da Medida Provisória nº 2.215, de 2001, para o alinhamento de atuação entre as Forças Armadas e a PGFN. Logo, a PGFN firmou o posicionamento de não mais contestar ou recorrer de decisões contrárias à União sobre o tema.

5. Em virtude do referido entendimento, esta CONJUR elaborou a NOTA n. 00446/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU (NUP 10951.102384/2018-46), entendendo que *"nova postura que representa verdadeira ausência de defesa da União, tal como indicada pela PGFN, demanda a reabertura do debate sob a perspectiva estratégica de se manter comportamento administrativo que, certamente, dará ensejo ao ajuizamento de demandas que não contarão com defesa do ente público federal"*. Por essa razão, solicitou-se a abertura de nova tarefa no SAPIENS às três Consultorias Adjuntas a fim de rediscutir o assunto.

6. As três Consultorias Adjuntas se manifestaram sobre eventual revisão do entendimento proposto no **PARECER n. 00052/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU**, nos termos da NOTA Nº 175/2018-RDA/CJACM/CGU/AGU (CONJUR-Marinha), PARECER n. 00992/2018/CONJUREB/CGU/AGU (CONJUR-EB) e PARECER n. 00545/2018/COJAER/CGU/AGU (CONJUR-FAB).

7. Em resumo, à exceção da CONJUR-Marinha, as demais Adjuntas reforçaram, do ponto de vista jurídico, o entendimento constante do PARECER n. 00052/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, todavia reconheceram a necessidade de sua superação em face do posicionamento da PGFN no sentido de não mais impugnar judicialmente decisões contrárias à União nesse tema.

8. Por fim, a SEPESD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 28/DIREM/DEPES/SEPESD/SG-MD/2018 (Seq. 16), concluiu por sugerir *"ao Senhor Secretário que a SEPESD não se oponha ao entendimento expresso pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por intermédio do Ofício SEI nº 94/2018/CRJ/PGACET/PGFN-MF, de 24 de maio de 2018, visto que tal medida beneficiará os militares das Forças Armadas, especialmente aqueles que não tem como beneficiário uma filha ou que julgam não ser do interesse próprio a manutenção do direito de acumular pensões militares, nos termos do Parecer nº 699/2013/CONJUR-MD (1283682)"*.

9. Nesse contexto, vieram os autos a esta Consultoria Jurídica.

10. Trata-se, como visto, de reexame da questão jurídica discutida no PARECER n. 00052/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU em virtude de superveniente entendimento da PGFN consubstanciado na Nota SEI nº 34/2018/CRJ/PGACET/PGFN-MF, cujos seguintes trechos merecem transcrição:

6. Considerando a pacificação da jurisprudência no STJ e a consequente inviabilidade de reversão do entendimento desfavorável à União, **o tema ora apreciado enquadra-se na previsão do art. 20, VII, da Portaria PGFN no 502, de 2016, que dispensa a apresentação de contestação, o oferecimento de contrarrazões, a interposição de recursos, bem como a desistência dos já interpostos**, em temas sobre os quais exista jurisprudência consolidada do STF em matéria constitucional ou de Tribunais Superiores em matéria infraconstitucional, em sentido desfavorável à Fazenda Nacional:

Art. 2º Sem prejuízo do disposto no artigo precedente, fica dispensada a apresentação de contestação, oferecimento de contrarrazões, interposição de recursos, bem como recomendada a desistência dos já interpostos, nas seguintes hipóteses: (...)

VII - tema sobre o qual exista jurisprudência consolidada do STF em matéria constitucional ou de Tribunais Superiores em matéria infraconstitucional, em sentido desfavorável à Fazenda Nacional; (...)

[...]

8. Feitas as considerações acima, propõe-se a inclusão do seguinte item na lista de dispensa de contestação e recursos da PGFN:

1.8 - Contribuições previdenciárias

u) contribuição adicional de 1,5% instituída pelo art. 31 da Medida Provisória nº 2.215, de 2001.

Resumo: Possibilidade do exercício do direito de renúncia à incidência da contribuição adicional de 1,5% instituída pelo art. 31 da Medida Provisória nº 2.215, de 2001, mesmo após 31/8/2001 (1º) e consequente restituição dos valores descontados a maior desde o pedido administrativo (ou judicial, caso não precedido de pedido administrativo) formulado pelo interessado, sendo vedada, porém, a restituição de valores recolhidos anteriormente ao pedido.

Precedentes: REsp 1.183.535/RJ, AgRg no AREsp 305.093/RJ, AgRg no REsp 106301211/1º, REsp 1.388.569/SE, REsp 1.464.636/PR, REsp 1.580.657/SC, REsp 1.401.175/PE e Pedido de Uniformização/TNU nº 05071018920114058400

Observação: A renúncia independe da existência de dependentes pelo militar que possam vir a ser beneficiários de tal contribuição.

Referência: Nota SEI no 34/2018/CRi/PGACET/PGFN-MF

Data de inclusão: XX/XX/2018

9. Por fim, recomenda-se a ampla divulgação da presente manifestação e o encaminhamento da presente Nota à Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa e às Consultorias Jurídicas Adjuntas junto aos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica, especialmente em razão da existência do Parecer 21/2015/CJACMJCGU/AGU, tendo em vista que a defesa da União em eventual ação judicial considerará os termos da presente Nota, sem ressalvas quanto à existência de dependente(s) do militar que possam vir a ser beneficiários da contribuição instituída pelo art. 31 da MP 2.215, de 2001, sendo, portanto, necessário o alinhamento da atuação desses órgãos e desta PGFN.

11. Como se vê, a PFN concluiu por não mais impugnar decisões judiciais contrárias à União, ou seja, que concedam ao postulante o direito de renúncia extemporânea e consequente cancelamento da contribuição prevista no art. 31 da MP 2.215-01/2001. Em outras palavras, é dizer que a tese prevalente, ao menos do ponto de vista judicial, será pelo reconhecimento da citada renúncia extemporânea.

12. Embora este órgão de assessoramento jurídico entenda, pelas próprias razões apresentadas no PARECER n. 00052/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, que o entendimento técnico-jurídico mais acertado é no sentido da impossibilidade de renúncia da contribuição de 1,5% após o prazo legal, não se pode deixar de reconhecer o caráter definitivo, por assim dizer, do entendimento sustentado pela PFN, sobretudo levando-se em conta sua competência originária para representar judicialmente a União em causas fiscais:

LC 73/93:

Art. 12 - À Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, órgão administrativamente subordinado ao titular do Ministério da Fazenda, compete especialmente:

V - representar a União nas **causas de natureza fiscal**.

Parágrafo único - São consideradas causas de natureza fiscal as relativas a:

I - tributos de competência da União, inclusive infrações à legislação tributária;

II - empréstimos compulsórios;

III - apreensão de mercadorias, nacionais ou estrangeiras;

IV - decisões de órgãos do contencioso administrativo fiscal;

V - benefícios e isenções fiscais;

VI - créditos e estímulos fiscais à exportação;

VII - responsabilidade tributária de transportadores e agentes marítimos;

VIII - incidentes processuais suscitados em ações de natureza fiscal.

(destacou-se)

13. Logo, seria de todo desarrazoada e ineficiente a manutenção de uma postura administrativa cujas consequências seriam o surgimento de demandas judiciais repetitivas sem êxito para a União, que trariam mais prejuízo ao ente público mediante condenação ao pagamento de encargos processuais e honorários de sucumbência.

14. Nesse cenário, forçoso concluir o que segue:

i) a atribuição para representar a União em juízo nas causas que versem sobre a questão ora debatida é da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme se depreende do art. 12, V, da Lei Complementar nº 73;

ii) tendo em conta que referido órgão jurídico compreendeu, nos termos da Nota SEI nº 34/2018/CRJ/PGACET/PGFN-MF, pela não apresentação de contestação e não impugnação de decisões judiciais contrárias à União nesse ponto, esta CONJUR-MD entende ser imperativa a revisão do entendimento uniformizado nos moldes do PARECER n. 00052/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, vez que, diante dessa superveniente notícia, ocasionar-se-iam maiores prejuízos à União com repetidas condenações judiciais; e

iii) orienta-se, como consequência da conclusão anterior, a aplicação da seguinte tese: *"Considerando-se os termos da Nota SEI nº 34/2018/CRJ/PGACET/PGFN-MF, recomenda-se que a administração militar dos Comandos não mais indefira pedido administrativo de renúncia da contribuição de 1,5% formulados após o prazo legal constante do art. 31, §1º, da MP 2.215-01/2001, prorrogado posteriormente pela Lei 10.556/2002, vez que, nos termos da citada Nota SEI, é possível ao militar exercer o direito de renúncia à incidência da contribuição adicional de 1,5% instituída pelo art. 31 da Medida Provisória nº 2.215, de 2001, mesmo após 31/8/2001".*

15. Ademais, recomenda-se à COADM o seguinte:

i) a inclusão da tese uniformizada no item "iii" do parágrafo 14 deste parecer no "Quadro de Teses Uniformizadas e Análises Relevantes", disponível na pasta da Coordenação-Geral de Direito Administrativo e Militar - CGDAM, subpasta "Uniformização e temas relevantes", bem como o registro no referido quadro das principais informações referentes ao presente processo. Junte-se ainda cópia deste parecer na referida subpasta; e

ii) a abertura de tarefa via *Sapiens* às três Consultorias Jurídicas-Adjuntas das Forças para ciência deste Parecer e adoção das providências cabíveis no âmbito de sua alçada.

16. Por fim, restitua-se os autos à SEPESD para ciência e posterior comunicação do presente parecer aos Comandos Militares das Forças.

À consideração superior.

Brasília, 30 de outubro de 2018.

LEYLA ANDRADE VERAS
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 67420016400201632 e da chave de acesso ae5b2055

Documento assinado eletronicamente por LEYLA ANDRADE VERAS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 198856150 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LEYLA ANDRADE VERAS. Data e Hora: 23-11-2018 11:35. Número de Série: 13242589. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.
